

A Base Nacional Comum Curricular a serviço dos conglomerados educacionais

Ellen Kauane Rutes (UEPG)
ellenkrutes@gmail.com

1 Introdução

Nesse trabalho, à luz do materialismo histórico e dialético, pretende-se realizar uma discussão sobre as possíveis relações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com as parcerias público-privadas, de viés neoliberal, levando em consideração a conjuntura econômica, social e política brasileira atual, bem como suas relações com o contexto global e para o campo educacional.

Nesse sentido, o neoliberalismo dentro das instituições públicas revela as disputas entre os interesses de classes sociais antagônicas. Por um lado, os burgueses definindo o rumo e controle da escola pública, uma vez que são verticalizadas as propostas dentro da lógica da educação a serviço do capital, sob uma gestão gerencialista das frações burguesas empresariais. E, de outro lado, a luta de professores, professoras e da gestão micro escolar para conseguir atuar minimamente sob esse engessamento do trabalho. As reflexões sobre as atuações de fundações e institutos na educação pública, gratuita e laica ajudam a pensar as reais intenções das parcerias público-privadas no controle da elaboração, da implementação e do monitoramento da BNCC em todos os estados do Brasil.

2 Desenvolvimento

Com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular, em 2017, muitas alterações a serviço dos conglomerados empresariais foram facilitadas, tais como, a flexibilização dos currículos, as consultorias via parceria público-privada, a formação de gestores por fundações e institutos. Esse processo, no qual estados e municípios aderiram à iniciativa privada para formação continuada de professores, de coordenadores pedagógicos, da direção e da reestruturação dos referenciais curriculares, permitiu que as formações das escolas públicas ficassem à gerência de corporações. Para Caetano e Peroni (2022), após a crise de 2008, ocorreram modificações nos elementos do Estado, que agora

opera na individualização, transferindo assim sua responsabilidade ao indivíduo, “passando da esfera dos direitos do cidadão para a prestação de serviços sociais”. (CAETANO; PERONI, 2022, p. 6). A educação também passa a operar nessa lógica, validando que outras instituições e fundações da esfera privada ofereçam seus serviços lucrativos por meio de parcerias público-privadas.

Diante disso, desde 2014, o Movimento Pela Base (MPB) desenvolveu-se sobre a secretaria executiva da Fundação Lemann¹ na articulação da implementação da BNCC em todos os estados. De acordo com o MPB, em seu relatório anual de 2021, “[...] a BNCC encontrou seu caminho até as escolas, tornando-se referência para o que é essencial aprender.” (MOVIMENTO PELA BASE, 2021, p. 4). Nesse contexto, de acordo com a BNCC, os fundamentos pedagógicos propostos focam no desenvolvimento de competências e habilidades (BRASIL, 2018). Em vista disso, a pauta empresarial que permeia as competências e as habilidades da BNCC foi estendida para os documentos normativos tanto a nível estadual, quanto municipal, na reorganização dos currículos brasileiros.

Vale destacar que o neoliberalismo impregnado nas instituições públicas como sinônimo de qualidade e melhoria empresarial-gerencialista aumenta as demandas burocráticas e o controle de resultados, logo, os neoliberais apresentam seus projetos na educação, com discursos falaciosos de neutralidade. Assim, os termos do gerencialismo, bem como do entendimento da Educação como uma mercadoria ganha seus contornos, dentre esses termos: a eficiência, a flexibilização, a resiliência, o empreendedorismo, a meritocracia, fazem seus entornos no discorrer da Base Nacional Comum Curricular.

Diante disso, um problema recorrente nas políticas educacionais refere-se às soluções produzidas por meio das parcerias público-privadas na educação pública, essas soluções produzem invisibilidades, negação da realidade, fragmentação das atividades e conhecimentos, bem como possuem uma intencionalidade de gerar lucro para os institutos e fundações nas assessorias e vendas de itens para os municípios e estados. De acordo com Sússekind (2019), as políticas neoliberais vendem a solução para problemas complexos de forma a aumentar mais a desigualdade, nesse sentido, "o modo de produção indolente e abissal não existe isoladamente à arrogância e, mais, ambos se aliam para

¹ A Fundação Lemann foi criada em 2002 pelo bilionário Jorge Paulo Lemann, atual presidente do conselho. Ela trabalha em dois eixos de impacto denominados Educação Pública: Aprendizagem, Políticas Educacionais, Tecnologia e Inovação e o eixo das Lideranças: Rede de Líderes, Gestão de Pessoas no Setor Público e Universidades. De acordo com os dados da Fundação, são 28 mil escolas brasileiras envolvidas nesse processo de parcerias público-privadas. (LEMANN, 2023).

produzir ignorâncias, invisibilidades e inexistências com eficácia” (SÜSSEKIND, 2019, p. 101).

Portanto, as inverídicas soluções alimentam o controle, a hierarquização e a falácia de uma escola e pessoas neutras, fomenta também movimentos que se autodenominam apartidários, os quais atuam em favor de determinada classe social (a burguesia), para organizar-se em prol da expansão de questões de ordem do capital e do neoliberalismo, caso do Movimento Pela Base, entre outras quimeras produzidas sob o discurso da ultradireita. Ademais, Sússekind (2019) proporciona reflexões sobre a discussão das reformas dos documentos obrigatórios e seus efeitos, na medida em que destaca que “a ignorância malévola priva a democracia (a sociedade em geral e os gestores públicos) dos fatos, percepções e opiniões. Expandindo ao máximo sua indolência e arrogância produz o esquecimento da função intelectual da docência”. (SÜSSEKIND, 2019, p. 101). Nesse contexto, reforça que essas reformas possuem um caráter burguês muito evidente para o controle do currículo, da formação continuada e da direção em que o ensino e aprendizagem acontecem, por meio da fragmentação da docência e gestão, via parcerias público-privadas, com intencionalidades de mercantilização da Educação Pública.

3 Considerações Finais

A partir das breves considerações acerca das parcerias público-privadas no controle da elaboração, da implementação e do monitoramento da BNCC e considerando a Educação como emancipatória na formação humana, o posicionamento contrário ao movimento de conglomerados empresariais nas políticas educacionais é imperativo para aqueles que lutam, no âmbito da educação, pelos interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, a luta deve ser contrária à inserção de parcerias público-privadas na educação pública, pois esse processo retrocede a luta pelos direitos arduamente conquistados, e ainda retrocede a integralidade dos conhecimentos, do direito de ensinar pautado na pluralidade, da autonomia docente.

Além disso, com essas inserções o Estado deixa de ser responsabilizado para abrir caminhos para a privatização e para a terceirização de suas funções, com o discurso falacioso de melhorias na qualidade que acabam por precarizar ainda mais o serviço público, ancorando-se no discurso do neoliberalismo para ganhar força nas massas sobre uma eventual prestação de serviços "mais eficientes". Logo, desencadeia também a

desvalorização de profissionais da Educação, colocando-os também a serviço do capital, tratando como mercadoria todo o processo de ensino-aprendizagem, a começar pelas políticas educacionais. Desse modo, é necessário pensar novas propostas construídas coletivamente e radicalmente desatadas dos institutos e fundações privadas que dominam o acompanhamento e formulação dos documentos normativos no Brasil.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 7 mar. 2023.

CAETANO, M. R. C.; PERONI, V. M. Relações entre público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo- projeto em disputa. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-26, 22 jul. 2022.

FUNDAÇÃO LEMANN (São Paulo). **Quem somos**. 2023. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. **Relatório anual 2021**. 2021. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/como-atuamos/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SÜSSEKIND, M. L. (2019). **A BNCC e o “novo” Ensino Médio**: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. *Retratos Da Escola*, 13(25), 91–107. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.980>.